

TESES SOBRE A FUNDAMENTAÇÃO DO CONCEITO DE "ESTADO CAPITALISTA" E SOBRE A PESQUISA POLÍTICA DE ORIENTAÇÃO MATERIALISTA

Claus Offe e Volker Ronge

Com as observações que se seguem queremos dar uma visão geral sucinta dos resultados, teoricamente relevantes, de pesquisas empíricas por nós realizadas sobre as políticas de reforma na Alemanha Ocidental. Esses estudos tratavam, por um lado, da reforma da formação profissional e, por outro lado, de certas reorientações científicas. Partimos do pressuposto de que tais estudos de caso são necessários, se quisermos que a análise marxista do Estado e a pesquisa política marxista avancem além do estágio das "deduções" categoriais, ou das "avaliações" vinculadas a situações concretas.

1. Na teoria de Estado marxista atual podemos constatar uma oposição entre duas perspectivas. Uma delas parte do princípio de que há uma relação *instrumental* entre a classe capitalista, por um lado, e o aparelho estatal, pelo outro, devendo o Estado ser compreendido como o "instrumento" das classes dominantes, e por elas manipulado, de forma a realizar os interesses coletivos de seus membros. Estamos convencidos de que essa ótica, que pode apoiar-se com maior razão em *Estado e Revolução*, de Lenin, que no *18 Brumário* de Marx, conduz necessariamente, hoje em dia, a equívocos com graves conseqüências. Entre eles pode-se ressaltar a doutrina do "capitalismo monopolista de Estado", que contém a afirmação estereotipada de um "amálgama do Estado com os

monopólios". A visão alternativa parte do pressuposto de que o Estado em absoluto favorece interesses específicos. Em vez disso, ele protege e sanciona instituições e *relações* sociais que, por sua vez, constituem o requisito institucional para a dominação de classes do capital. O Estado nem está a serviço nem é "instrumento" de *uma* classe contra outra. Sua estrutura e atividade consistem na imposição e na garantia duradoura de regras que institucionalizam as relações de classe específicas de uma sociedade capitalista. O Estado não defende os interesses particulares de uma classe, mas sim os interesses *comuns* de todos os membros de uma *sociedade capitalista de classes*.

2. O conceito de Estado capitalista, abstraindo-se as diferenças históricas e as mudanças de sua estrutura e de sua função, refere-se a uma forma institucional do poder público em sua relação com a produção material. Esta forma institucional está caracterizada especialmente pelas quatro determinações funcionais que se seguem:

a) *A privatização da produção*: o poder público está estruturalmente *impedido* de organizar a produção material segundo seus próprios critérios "políticos". Dito de outra maneira: a propriedade que funciona produtivamente (seja ela propriedade de força de trabalho ou de capital) é "privada" isto é, sua utilização política não está sujeita a decisões políticas. O fato de que uma parte substantiva do estoque de capital constitui propriedade do Estado, em algumas das sociedades industriais capitalistas desenvolvidas, só aparentemente contradiz essa afirmação. Pois inicialmente seria de perguntar se esta propriedade pública de meios de produção conduz a estratégias de utilização e aplicação diferentes das adotadas pelo capital privado. Se for esse o caso, impõe-se a pergunta adicional sobre se essa produção "política" persegue outros objetivos que não os de pôr à disposição do processo de produção privada, de forma permanente e com baixos custos, bens infra-estruturais como eletricidade, transportes, etc.

b) *Dependência dos impostos*; o poder público depende, indiretamente, através de mecanismos do *sistema tributário*, do volume da acumulação privada. Cada detentor de posições de poder num Estado capitalista seria efetivamente por completo despojado do seu

poder se um certo volume de acumulação e os ingressos daí decorrentes para o orçamento estatal — de acordo com o nível da quota tributária, variável dentro de certos limites — não lhe permitisse manifestar o seu poder também com meios materiais.

c) *A acumulação como ponto de referência*: como o poder estatal depende do processo de acumulação capitalista, sem ser ele mesmo capaz de organizar este processo, o interesse supremo e mais geral dos detentores do poder do Estado consiste em manter as condições de exteriorização de seu poder através da constituição de condições políticas que favoreçam o processo privado de acumulação. Histórica e empiricamente vemos que essa conexão entre as condições do exercício do poder estatal e a acumulação privada se impõe sob as formas mais variadas e distintas na política. No entanto, essas formas têm em comum que o interesse do Estado autônomo em preservar as condições para o exercício público do poder (e em consequência, o interesse na continuação da acumulação) não se baseia, de modo algum, nem em quaisquer alianças entre o aparelho estatal e certas classes ou camadas, nem no acesso privilegiado dos membros da classe capitalista aos centros de decisão do Estado. Este acesso privilegiado, quando ocorre, não é causa, mas sim o reflexo institucional da dependência estrutural da atividade em relação ao funcionamento da acumulação. Desse ângulo, não são fundamentalmente os agentes do processo de acumulação que estão interessados em instrumentalizar o poder estatal mas, ao contrário, são os agentes do poder estatal que — a fim de assegurar sua própria capacidade de funcionamento — obedecem, como seu mandamento mais alto ao imperativo da constituição e consolidação de um "desenvolvimento econômico favorável".

d) *A legitimação democrática*: sob as condições do sistema de governo parlamentar-democrático, um agrupamento ou um partido político só consegue se apropriar do poder estatal quando encontra o apoio majoritário, através de eleições gerais. O exercício do poder através dos mecanismos democrático-representativos da formação das vontades e da regulamentação de conflitos tem o sentido, no contexto do Estado constitucional burguês, de assegurar de forma *politicamente* duradoura — e não somente através de preceitos constitucionais — a delimitação da esfera privada e da esfera de

liberdade econômica, de forma a defender essa esfera de liberdade de possíveis intrusões por parte do Estado. A dependência do poder estatal com relação a atos de aclamação, através de eleições gerais, contribui para encobrir o fato de que os recursos materiais, os únicos que permitem o exercício efetivo do poder estatal, dependem em primeira instância dos ingressos extraídos do processo de acumulação, e de que a utilização desses recursos somente é determinada pelas preferências do público eleitor na medida em que essas preferências estejam em consonância com os requisitos de uma acumulação continuada. Em outras palavras: o Estado capitalista está sujeito a uma dupla determinação do poder político — segundo sua *forma* institucional, este poder é determinado pelas regras do governo democrático-representativo; segundo o seu *conteúdo*, é determinado pelo desenvolvimento e pelos requisitos do processo de acumulação.

3. Podemos agora definir "a política" do Estado capitalista como o conjunto de estratégias mediante as quais se produzem e reproduzem constantemente o acordo e a compatibilidade entre essas quatro determinações estruturais do Estado capitalista. A política é, nesse sentido, somente o aspecto dinâmico da estrutura estatal. A pergunta que se coloca agora é a seguinte: como podemos descrever, inicialmente de forma abstrata e independente das diversas variantes da política estatal, o método através do qual a harmonia das quatro determinações estruturais pode efetivamente ser alcançada em termos operacionais? Nossa tese consiste em afirmar que existe uma e *somente* uma estratégia geral de ação do Estado. Ela consiste em criar as condições segundo as quais *cada cidadão é incluído nas relações de troca*. Criadas essas condições, como se verifica, todos os quatro elementos constitutivos do Estado capitalista são igualmente considerados. *Enquanto* cada proprietário conseguir introduzir a sua propriedade em relações de troca, não há razão para o Estado intervir no processo privado de alocação. O Estado não tem escassez de recursos materiais, que pudesse ser provocada, por exemplo, pelo não-aproveitamento de unidades de valor. Não surge, portanto, o problema da preservação permanente do processo de acumulação (que afinal é apenas o resultado da troca de equivalentes entre proprietários de capital e proprietários de força de trabalho). E, finalmente não há nenhum problema de legitimação ou consenso

para as elites políticas, que conseguem estabelecer essa universalização da forma-mercadoria. Dito de outra forma: a estrutura do Estado capitalista só se torna problemática quando não se dá a incorporação das unidades individuais de valor às relações de troca. A forma-mercadoria pode, por isso, ser encarada como o "ponto de equilíbrio geral" do Estado capitalista. Ela é também o ponto de equilíbrio geral da acumulação, já que relações de troca só podem ser duráveis com base na expectativa (confirmada) de uma produção lucrativa. O elo entre as estruturas políticas e as econômicas da sociedade capitalista é, portanto, a forma-mercadoria. A estabilidade de cada uma dessas estruturas depende da universalização da forma-mercadoria. (Essa formulação, como se vê, também se presta para uma determinação da essência do movimento operário. O conteúdo da luta do movimento operário é a luta contra a forma-mercadoria, isto é, a luta para libertar-se das condições que subordinam a vida e situação de vida de trabalhadores à disposição capitalista de comprar força de trabalho, e ao preço de mercado pago por essa força de trabalho. Desde suas formas mais rudimentares, o movimento operário é uma luta contra a forma-mercadoria e contra a lei do valor que nela se concretiza.). O estabelecimento e a universalização da forma mercadoria é o ponto de referência mais geral, em relação ao qual podemos analisar as estratégias individuais da política do Estado (por exemplo, os investimentos de infraestrutura) bem como as contradições que decorrem da estrutura e do funcionamento do Estado capitalista (veja abaixo).

4. O problema central consiste no fato de que a dinâmica do desenvolvimento capitalista apresenta, histórica empiricamente, uma tendência permanente à paralisação da "viabilidade de mercado" dos valores, ou seja, à interrupção das relações de troca. As unidades de valor perdem sua forma-mercadoria no momento em que procuram e não encontram possibilidades de troca contra outras mercadorias (ou seja, contra dinheiro). Naturalmente, num sistema econômico regulado por relações de troca privadas, nenhum vendedor pode estar seguro de que a mercadoria por ele oferecida no mercado realmente encontre um comprador. Ainda assim pode-se conceber, pelo menos teoricamente, para o caso em que o vendedor potencial não encontre um comprador, um mecanismo de equilíbrio que

compreenda as seguintes alternativas: ou o proprietário da mercadoria oferecida sem êxito se vê forçado a reduzir seu preço de oferta, até o ponto de encontrar um comprador, ou oferecerá um outro bem, cujo valor de uso tenha maior probabilidade de ser vendável. Este mecanismo autocorretivo corresponde totalmente às concepções de Jean Baptiste Say, que partia do pressuposto de que uma economia baseada na forma-mercadoria se auto-estabiliza e se perpetua. Se um produto não é vendável, aparece em seu lugar automaticamente um outro bem (ou *um preço*) que assegura a venda. Um mecanismo semelhante entra em ação no caso de uma recessão econômica, durante a qual parcelas de força de trabalho e do capital são retiradas, temporária ou parcialmente, da relação de trocas (por exemplo, em caso de excesso de capacidade, de redução da jornada de trabalho ou de desemprego) como formas de desvalorização do capital ou da força de trabalho. Pois a própria desocupação desses fatores cria os pré-requisitos para uma nova ascensão econômica (pelo menos enquanto o preço for flexível em ambos os lados).

Mas esses mecanismos de correção automática parecem tomar-se cada vez menos eficazes, à medida que o capitalismo se desenvolve. A economia marxista formulou diferentes e controvertidos teoremas para explicar a interrupção do seu funcionamento. Assim, pode-se partir, com Baran e Sweezy, do fato de que a monopolização da economia leva, por um lado, a uma extrema inflexibilidade na fase descendente do ciclo econômico e, por outro lado, a um fluxo permanente de lucros excessivos, que não podem ser investidos. Outra explicação parte do grau crescente da socialização real da produção no decorrer do desenvolvimento capitalista. Essa socialização implica numa divisão de trabalho crescente no interior de cada ramo e entre os empresários capitalistas, em consequência da qual surgem uma especialização crescente e uma impossibilidade de transferir para outros setores as diferentes unidades de capital e de trabalho. Reduzem-se assim a flexibilidade e a capacidade de adaptação a modalidades de produção alternativas (tendência que se radicaliza à medida que cresce a parcela de capital fixo aplicada na produção). Finalmente, poder-se-ia argumentar que as "crises de depuração" periódicas constituíam em si mecanismos econômicos "sadios", que poderiam

melhorar as oportunidades de troca para as mercadorias restantes, mas que tais crises estão hoje associadas a conflitos e lutas sociais explosivas, que por isso mesmo precisam ser contidas pelos meios de intervenção estatal-keynesianos e outros — bloqueando-se assim a adaptação automática.

Seja qual for a explicação adequada e completa, não temos a ambição de apresentá-la. Partimos aqui de dois dados da experiência, confirmados tenaz e quotidianamente; (1) o de que os proprietários, seja da força de trabalho, seja de capital, são constantemente desincorporados das relações de troca e portanto da forma-mercadoria, e (2) o de que mesmo para os economistas liberais há poucas razões para supor que entrem em ação processos automáticos para reincorporar essas unidades de valor.

5. Defendemos anteriormente a tese de que o critério estratégico mais abstrato e mais geral da política do Estado capitalista consiste em tomar as medidas e criar as condições para que todos os sujeitos jurídicos introduzam efetivamente nas relações de trabalho a sua propriedade (em bens ou força de trabalho). Mesmo as áreas mais antigas da atividade estatal (a formulação e aplicação das regras de direito privado, a proteção à propriedade, o desenvolvimento do sistema monetário) podem sem dificuldade ser subordinadas a esse ponto de referência comum. Como se vê, essa estratégia mais geral do Estado capitalista não visa em absoluto a uma proteção especial a um certo interesse de *classes* mas *sim* ao interesse geral em todas as classes, na base das relações de troca capitalista. Por isso seria equivocado - como fazem ocasionalmente certas análises marxistas da economia da educação - interpretar a política educacional do Estado como tendo por objetivo qualificar a força de trabalho necessária para certas indústrias ou formas de emprego. Pois ninguém (e muito menos a burocracia estatal) pode saber que capitalista necessitará de que tipos de qualificações, e em que quantidades. Parece ser mais fecundo interpretar a política educacional estatal sob o ponto de vista estratégico de estabelecer um *máximo de opções de troca* para o capital e para a força de trabalho, de modo a maximizar a probabilidade de que membros de ambas a classe possam ingressar nas relações de produção capitalistas. Da mesma forma, as políticas de "pesquisa e

desenvolvimento" do Estado não são concebidas tendo em vista as indústrias usuárias, que aplicam os resultados da pesquisa financiada com recursos públicos; elas têm o objetivo de abrir novos mercados, de proteger o sistema econômico nacional contra a competição estrangeira, de promover o crescimento, de melhorar as posições de competitividade no exterior. Em suma, seu objetivo é criar e preservar as condições sob as quais possa perpetuar-se o processo de troca através do qual todos os valores da sociedade capitalista são reproduzidos. O fato de que certos grupos capitalistas (ou categorias da força de trabalho) sejam mais favorecidos que outros, não é o objetivo, mas o sub-produto necessário de uma política que está voltada, de forma abstrata, para a conservação e a universalização da forma-mercadoria.

6. A constituição e generalização da forma-mercadoria pode ser considerada o ponto de referência *geral* da política estatal desde a formação das estruturas jurídicas burguesas, mas parece ser plausível a suposição de que a predominância desse ponto de referência tenha-se consolidado no decorrer do desenvolvimento histórico dos Estados capitalistas, de forma cada vez mais nítida, depurando-se sistematicamente a política desses Estados tanto dos resquícios feudais quanto das restrições ideológicas impostas por programas e receitas liberais. A referência *exclusiva* da política à forma-mercadoria é um fenômeno relativamente novo, que ainda encontra em alguns Estados capitalistas, como por exemplo nos Estados Unidos, claras resistências políticas e ideológicas. De qualquer modo, vale a pena considerar rapidamente as estratégias alternativas à disposição do Estado, para resolver o seu próprio problema estrutural, induzido pela paralisação do processo de troca.

Uma das alternativas para o Estado, a mais "ultrapassada" parece ser a contemplação passiva. Esta atitude, no máximo, se alia à expectativa de que mecanismos autocorretivos entrem em ação, que permitam às unidades de valor inutilizadas reencontrar, por conta própria, o caminho de volta para as relações de troca. Essa confiança na "capacidade de auto-regeneração da economia de mercado" repousa na suposição de que as conseqüências da "inatividade" (da força de trabalho ou do capital) se tornem, com o tempo, tão insuportáveis (não podendo ser mitigadas sequer pela

intervenção do Estado "assistencialista") que, mais cedo ou mais tarde, tanto os proprietários de força de trabalho quanto os proprietários de capital acabarão reaparecendo no mercado (seja com preços reduzidos, seja em outro tipo de trabalho). Essa posição é mais notável pelo cinismo que pela lucidez. Ela acredita levianamente não só que a volta ao mercado seja efetivamente *possível* para cada uma das unidades de valor desincorporadas mas também que os seus proprietários não tenham *nenhuma outra escolha* a não ser a de utilizar efetivamente a possibilidade oferecida. A experiência comprova no entanto, que, ao contrário do, que supõe a ideologia burguesa, os indivíduos têm a opção de se socializarem através de outras formas que as relações de troca — seja por emigração, ou por comportamento desviante, criminoso ou político, etc. Essa experiência já poderia ter minado a capacidade de convicção da ortodoxia liberal, em tempos passados.

Uma segunda alternativa da política estatal, também reprimida no processo de auto-racionalização histórica do Estado capitalista, consiste em oferecer certas condições de segurança às unidades de valor que não conseguem se manter nas relações de troca. O Estado cria para esses indivíduos zonas de proteção artificiais, em cujos limites fica assegurada a sua vida material, apesar de não participarem das relações de troca. Outra opção é mantê-las "artificialmente" em condições de participar das relações de troca, concedendo-lhes um salário que se alimenta de outras fontes que não as geradas pela venda de força de trabalho ou bens (como, por exemplo, subvenções e transferências). O que torna problemáticos tais métodos "assistencialistas" para a solução do problema das unidades de valor despojadas do seu caráter de mercadoria, são os encargos fiscais a eles vinculados. Esses pagamentos de transferência e essas subvenções, que beneficiam unidades de valor invendáveis, são — do ponto de vista econômico-orçamentário do Estado — extremamente pesados porque não são auto-financeáveis, como os gastos estatais "produtivos", isto é, não são compensados posteriormente por receitas fiscais acrescidas. Esses pagamentos não ampliam a base dos ingressos futuros do Estado, mas a reduzem.

Com base nessas reflexões teóricas, mas formuladas pelos próprios atores do aparelho estatal, sobre as estratégias alternativas do

Estado diante da descaracterização como mercadorias das unidades de valor, e tendo em vista as observações empíricas sobre a mudança de forma em certas políticas adotadas para a República Federal da Alemanha, sustentamos a seguinte tese: a política do Estado tende crescentemente a usar uma terceira estratégia, "mais racional", que pode ser descrita como a criação política das *condições* nas quais se torna possível uma relação de troca eficaz entre sujeitos jurídicos e econômicos. Essa *estratégia* parece desdobrar-se em três direções: (1) a capacidade de troca de força de trabalho é ampliada por medidas e programas que têm como objetivo melhorar a formação profissional, a educação, a mobilidade regional e a capacidade de adaptação geral da força de trabalho. (2) A capacidade de troca dos bens de capital e outros bens é elevada mediante a integração supranacional de mercados de capital e de bens, as políticas de pesquisa e desenvolvimento, as políticas estruturais regionais e outras. (3) Aqueles setores especificados por ramos, regiões, estruturas de mercado de trabalho, etc. que não conseguem manter-se na relação de troca são "saneados passivamente" de forma planejada, isto é, são simultaneamente expostos à pressão de adaptação do mercado e à pressão modernizadora criada e reforçada politicamente. Isso deve levá-los a se transformarem no sentido da aquisição de maior "competência de mercado". Diante dessas três estratégias parciais, que o Estado tem visivelmente tentado aperfeiçoar, pelo menos na República Federal da Alemanha, desde meados dos anos sessenta, pode-se falar de uma *estratégia* geral de "reincorporação administrativa à forma-mercadoria". Pelo menos deve ter ficado claro em que medida essa estratégia se diferencia tanto da alternativa do liberalismo *laissez-faire* quanto da alternativa de uma política "protetora", adotada pelo Estado social.

7. Essas políticas, que têm como objetivo geral reorganizar as relações de troca nos mercados, preservá-las e generalizá-las, parecem estar utilizando — segundo os resultados de um estudo de caso — instrumentos específicos de direcionamento político, segundo uma seqüência determinada. Esses instrumentos podem ser distinguidos da seguinte maneira: primeiro, *ordens e proibições* legais, bem como *incentivos* financeiros, visando incentivar um comportamento competitivo (ou reprimir estratégias de comportamento

opostas) que assegure a sobrevivência econômica de um determinado protagonista da relação de troca. Normalmente, essa regulamentação dos processos de troca consiste em leis e medidas que protegem em especial a parte "mais fraca" em uma relação de troca, procurando, dessa maneira, impedir a regressão da relação de troca a uma relação de violência aberta. Regras de proibição correspondentes existem, por exemplo no direito do trabalho, onde, desde o início, a troca de serviços de trabalho contra um salário em dinheiro foi acompanhada por proibições de trabalho específicas para certos grupos de pessoas, para certos processos de trabalho e para certos horários). Uma segunda categoria de métodos de direcionamento é dada pelos *investimentos estatais de infra-estrutura*. Esses visam a conceder, assegurar ou promover para certas categorias de proprietários de mercadorias (tanto proprietários de força de trabalho quanto de capital) a possibilidade de estabelecerem relações de troca. Exemplos característicos deste tipo são as escolas de todos os tipos, transportes, abastecimento de energia etc. E, finalmente, como terceira categoria — que corresponde ao método de direcionamento historicamente mais recente e por isso mesmo de maior interesse imediato — encontramos as tentativas de impor um modo de alcançar decisões ou de obter um financiamento coletivo que permita a certos grupos fora do processo de troca, negociarem eles próprios, de forma organizada e previsível, suas condições de troca. Esses mecanismos de negociação, de entendimento e de distribuição dos encargos organizados e sancionados pelo Estado, não se encontram apenas na área salarial, mas também na área da construção de residências, no sistema educacional e na proteção ao meio ambiente.

8. Essas tentativas de estabilizar a própria forma-mercadoria, e de generalizá-la com auxílio de métodos de direcionamento político-administrativo, conduzem a uma série de contradições estruturais em sociedades de capitalismo de Estado, que podem se transformar num foco de conflitos sociais e lutas políticas. Essas contradições podem ser encontradas nos níveis *econômico, político e ideológico*.

Ao nível econômico, podemos afirmar, de um modo geral que aquelas tentativas de direcionamento do Estado que têm como objetivo a conservação e a ampliação das relações de troca, produzem

frequentemente o efeito de ameaçar a continuidade da troca. Pois todos os três métodos de direcionamento anteriormente mencionados (mesmo que em intensidades diferentes) têm o efeito de uma "desapropriação" parcial, que, em todo caso, atinge certas indústrias e certos direitos de disposição durante certos períodos de tempo. Quando tais tentativas de direcionamento têm êxito, ou elas se dão às custas do capital-dinheiro, cujo volume é diminuído através de impostos, ou leva a uma "desapropriação" do tempo de trabalho e de força de trabalho, ou ainda limitam a liberdade de utilizar o capital e a força de trabalho da forma mais imediatamente lucrativa. Sustentamos aqui que, na medida em que essas políticas estatais de "reincorporação administrativa à forma-mercadoria" são implementadas com êxito, necessariamente sobrecarregam o proprietário de capital com efeitos de privação, que por sua vez, têm o efeito paradoxal de *ameaçar as* relações de troca entre os proprietários de mercadorias. Isto porque, em uma sociedade capitalista, todas as relações de troca dependem da disposição do proprietário de capital-dinheiro de transformar esse capital em capital variável ou constante. Como, por sua vez, essa disposição depende da rentabilidade esperada do investimento e como, finalmente, todas as políticas estatais de "reincorporação à forma-mercadoria", encontradas empiricamente, apresentam o efeito colateral de limitar o capital como tal, ou seu acesso à força de trabalho, ou sua liberdade de dispor sobre ambos, é bem possível que a terapia do desenvolvimento pelo Estado da troca de mercadorias seja tão ou mais grave que a doença à qual se aplica. Em outras palavras, as políticas de reforma do Estado capitalista não têm em absoluto, ao contrário daquelas teses marxistas que exageram essa conexão com o objetivo político questionável de obter maior efeito de persuasão, a *função* inequívoca de "*servir*" aos interesses comuns da classe capitalista, o que se mostra no fato de que tais reformas frequentemente se defrontam com a resistência decidida das organizações políticas capitalistas. Ao apontar essas discrepâncias sistemáticas entre os "interesses de classe" do capital e os resultados da política estatal, não queremos naturalmente insinuar que o enfraquecimento do processo do capital, provocado pelas tentativas governamentais de reconstituir a forma-mercadoria, possa gerar automaticamente conflitos sociais e lutas políticas, e muito menos a transformação

socialista. Esses conflitos e lutas resultam muito mais da *intervenção política consciente* das forças que podem e querem defender as políticas reformistas do Estado capitalista *contra o* poder de obstrução do capital, *ampliando* dessa forma as discrepâncias mencionadas e *utilizando-as* no sentido da transformação socialista.

Uma segunda contradição básica tem a ver com as estruturas organizacionais de poder que são geradas no contexto de tais estratégias reformistas do Estado. Já se tem dito freqüentemente (e este fato não é questionado como observação descritiva, nem pelos cientistas sociais liberais, nem pelos marxistas) que aqueles setores da economia que não estão imediatamente sujeitos ao controle dos mecanismos de mercado se encontram num processo de crescimento quantitativo, tanto em termos de sua participação no total da força de trabalho, quanto em relação ao produto nacional. Exemplos seriam a administração estatal e todas as agências por ela criadas e controladas, tais como escolas, sistemas de trânsito, postos de correio, hospitais e outros serviços públicos, burocracias do seguro social, instituições militares etc. Como se explica o crescimento proporcional dessas organizações? De forma simplificada, poderíamos dizer que as tentativas do Estado de preservar e *universalizar* a forma-mercadoria tornam necessárias organizações cujo modo de operação ultrapassa os limites da forma-mercadoria.

Isto é facilmente demonstrável no caso dos professores. Apesar de serem empregados como trabalhadores assalariados (fora algumas situações especiais regulamentadas pela Legislação do Serviço Público) não é verdade que o objetivo dessa categoria específica de trabalho assalariado consista em produzir *mercadorias* para a venda no mercado, a fim de com isso obter lucros. Ao contrário, os professores são empregados para produzirem certos valores de uso (conhecimentos e qualificações), que por sua vez colocam os possuidores de mercadorias (no caso os estudantes que entram no mercado de trabalho), em condições de vender, de fato, da forma mais adequada, sua mercadoria — a força de trabalho. Dito de outra forma, as escolas não colocam seus "produtos" mediante a venda. Seus produtos não assumem a forma-mercadoria — apesar de contribuírem para melhorar as condições de venda de uma certa mercadoria, a mercadoria força de trabalho é vendida pelos que receberam a

"produção" da escola (a formação escolar ou profissional). Mas esses receptores não adquirem os resultados do trabalho didático através da troca. Algo semelhante ocorre nas áreas da moradia social, na rede hospitalar, nos sistemas de transporte, nas prisões e outros segmentos especializados do aparelho estatal. É verdade que freqüentemente (como por exemplo nos meios de transporte coletivo) encontramos *taxas* (em vez de *preços*) como mecanismos de alocação. Isso, no entanto, não significa que o mecanismo predominante para a distribuição seja a *venda*. Os direitos assegurados por lei, as normas coercitivas, os critérios assistenciais, o direito à utilização gratuita de serviços etc., predominam mesmo quando são cobradas taxas (que, de forma alguma, cobrem os gastos). Caracteristicamente, uma das questões mais debatidas e de forma alguma respondida, no campo da ciência política e financeira liberal, pode assim ser formulada: quais os mecanismos de produção e distribuição que devem e podem ser adotados no setor dos "bens públicos", em lugar do mecanismo de troca, dirigido pelo mercado, e inaplicável na área da produção estatal? Justamente essa parte da produção global, não dirigida pelo mercado, cresce, no entanto, em consequência de estratégias estatais de intervenção que têm como objetivo perpetuar e universalizar as relações de troca entre proprietários.

Os esforços políticos reiterados com vistas à manutenção da forma-mercadoria fazem crescer aqueles ramos da produção estatal que, segundo sua organização interna e segundo seu efeito de distribuição, estão fora do âmbito da forma-mercadoria. Trata-se de uma contradição *estrutural*, que possivelmente pode ser harmonizada, a prazo mais ou menos longo, através de medidas de equilíbrio mais ou menos cautelosas, mas que não perde, com isso, sua característica de ser uma fonte potencial de conflitos e lutas, totalmente indefiníveis e não-prognosticáveis em suas consequências individuais e cujo desfecho concreto depende, por isso, da ação política consciente. Esses conflitos e lutas se iniciam (hipótese comprovável empiricamente, de várias maneiras) nos "elos mais fracos" da cadeia das relações de troca. Embora esse fato constitua um enigma para muitos marxistas "ortodoxos", é praticamente inquestionável que os conflitos sociais e as lutas políticas mais importantes que se

travaram durante os anos sessenta, na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, não se deram no interior do espaço constituído pelas relações de troca entre trabalho e capital, mas naqueles setores da produção social que estando funcionalmente vinculados à forma-mercadoria, não pertencem como tais ao universo da forma-mercadoria. Conflitos em escolas, universidades, prisões, organizações militares, assim como na área de habitação e de saúde, ilustram bem esse fenômeno. Acreditamos que esses conflitos podem e devem ser explicados tendo em vista o fato de que essas organizações administrativas representam um ponto no qual se demonstra com o máximo de clareza a erosão da relação de troca? no interior das próprias relações de produção capitalistas .

Um terceiro nível da contradição é o *ideológico*. Nele se questiona a "infra-estrutura normativa e moral da sociedade capitalista". A forma-mercadoria tem como correlatos subjetivos — e como pré-requisitos para sua capacidade de funcionamento — duas normas, às quais os atores e os parceiros individuais do ato de troca precisam ater-se. Eles necessitam, primeiro, estar dispostos a aproveitar e utilizar efetivamente as oportunidades de troca que lhes são oferecidas, esforçando-se constantemente para promover a melhoria competitiva de suas posições relativas em tais relações de troca (o utilitarismo possessivo). Em segundo lugar e como reverso desse fato, os parceiros devem estar dispostos a aceitar, como destino individual inevitável, os resultados materiais obtidos a partir dos processos de troca mediatizados pelo mercado — em especial quando foram afetados negativamente. As perdas individuais que resultam do processo de troca não podem, em outras palavras, ser socialmente processados ou atribuídos a instâncias sociais, mas precisam ser aceitos como resultados fatais devidos seja a dados da natureza, seja à incompetência individual (individualismo).

É importante para o funcionamento de uma economia capitalista que o síndrome normativo do "individualismo possessivo" seja, ao mesmo tempo, a base do comportamento dos atores individuais e da interpretação desse comportamento por outros atores. Suspeitamos que no nível de ideologia e das normas de comportamento, a contradição estrutural dos sistemas capitalistas de Estado consiste no fato de que elas tendem a erodir, por seu modo

de funcionamento, o síndrome normativo do individualismo possessivo. Na medida em que as relações de troca não decorrem naturalmente da dinâmica imperscrutável dos mecanismos de mercado, mas são produzidas e "causadas" por estratégias estatais visíveis, de caráter político e administrativo, o valor de troca factual que cada unidade de valor (força de trabalho ou capital) alcança no mercado aparece como duplamente determinado, ou seja, de um lado, por medidas políticas e de outra, por estratégias individuais e pelas contingências dos processos "naturais" de mercado. Nessas circunstâncias, os recursos individuais com os quais se pode entrar no ato da troca se apresentam como algo que, pelo menos em parte, depende dos pré-requisitos produzidos pelo Estado. Se é possível vender a força de trabalho e a que preço, não é mais exclusivamente determinado ao nível das orientações e auto-interpretações normativas, pelo zelo individual e pela capacidade de trabalho naturalmente dada ou pelos incontroláveis movimentos ascendentes e descendentes do mercado de trabalho, mas também pela maior ou menor eficácia da política estatal, ou seja, da política econômica, educacional e regional. Da mesma forma, para os proprietários de capital, o seu sucesso depende menos de sua "coragem de assumir riscos", de sua capacidade de inovação e de sua competência empresarial que dos resultados da política estatal, na área, por exemplo, dos impostos, dos investimentos em pesquisa científico-tecnológica, das tarifas aduaneiras, dos gastos em pesquisa científica, dos investimentos de infra-estrutura etc. O enfraquecimento estrutural da base ético-normativa da sociedade capitalista, provocado precisamente pelas medidas e estratégias voltadas para a universalização da forma-mercadoria, não gera, bem entendido, tendências automáticas de crise ou "colapso". Mas a contradição estrutural ao nível da ideologia pode se transformar num ponto de cristalização para conflitos e lutas políticas destinadas a superar a forma-mercadoria como princípio de organização da reprodução social.